



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 13.09.2021
HORA. 16:59:11

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE , DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA

PARECER DO PROJETO DE LEI 97/2021

2º TURNO

VOTO DO RELATOR

VEREADOR CIRO PEREIRA

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 97/2021 Altera as Leis nº 1.310, de 31 de dezembro de 1966, nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, nº 5.839, de 28 de dezembro de 1990, nº 7.031, de 12 de janeiro de 1996, nº 8.468, de 30 de dezembro de 2002, nº 8.616, de 14 de julho de 2003, e nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003, e estabelece novas medidas de incentivo à regularização tributária e à recuperação da atividade econômica do Município, em razão das consequências da epidemia da covid-19.

O Projeto de Lei em tela, recebeu 26 emendas, sendo a Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana responsável para apreciação das emendas: 1 a 19 e 21 a 26.

Na função de relator designado pela matéria, segue a fundamentação, parecer e voto, no que compete a Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, art. 52, IV, "h" do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em epígrafe, que visa alterar as Leis nº 1.310, de 31 de dezembro de 1966, nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, nº 5.839, de 28 de dezembro de 1990, nº 7.031, de 12 de janeiro de 1996, nº 8.468, de 30 de dezembro de 2002, nº 8.616, de 14 de julho de 2003, e nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003, e estabelece novas medidas de incentivo à regularização tributária e à recuperação da atividade econômica do Município, em razão das consequências da epidemia da covid-19. Louvo a iniciativa do Poder Executivo por trazer a essa Casa Legislativa o tema em tela para discussão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Mister se faz ressaltar que a propositura municipal constitui se pelas condições mínimas necessárias a uma conveniente vida social, a saber: segurança pública, salubridade pública e tranquilidade pública. É consenso, pois, que a ordem pública se materializa pelo convívio social pacífico e harmônico, pautado pelo interesse público, pela estabilidade das instituições e pela observância dos direitos individuais e coletivos. As Posturas municipais são o conjunto de regras que obrigam ao cumprimento de certos deveres de ordem pública.

A emenda substitutiva nº 01, versa que o valor dos tributos e, se for o caso, das parcelas correspondentes, alcançados pela moratória no artigo 13 do Projeto de Lei 119/21, que forem pagos nos prazos e na forma definida no § 1º do art. 13, se sujeitarão apenas aos encargos calculados na forma do caput do art. 11. Verificada a sua forma de adesão, opino pela sua aprovação.

A emenda supressiva nº 02 tem o seguinte texto: Fica suprimida a alínea "i" do inciso I do art. 14 da lei 5839, proposto pelo artigo 5º do Projeto de Lei 97/21, analisada a emenda em questão, a propositura da alínea "i", concede isenção de taxa para publicidades institucionais, de cunho cívico ou utilidade pública, vinculada por Órgão ou entidade do poder público, a matéria em plano não há qualquer conflito com o ordenamento. Pela aprovação da emenda 2.

A emenda substitutiva nº 03, tem o seguinte texto: Art 1º — O §1º do art. 13 do Projeto de Lei 97/2021 passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 13- (...) 91º — Aos débitos mencionados no caput, fica concedido desconto de 20% e poderão ser parcelados em até sessenta parcelas mensais e consecutivas, nos termos e condições previstos em regulamento. Ainda que louvável, a emenda acima implica em renúncia de receita sem a devida estimativa de impacto, o que viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela rejeição.

A emenda aditiva nº 04, tem como objetivo acrescentar incisos ao art. 29-A do presente Projeto de Lei. O Executivo Municipal, no art. 2º do Projeto de Lei, concede isenção da Taxa de Expediente para alguns serviços no âmbito do Município. Entretanto, com quase um ano, de portas fechadas, um comerciante não deve ser cobrado para renovação de seu Alvara que, ficou sob ameaça de ser recolhido se exercesse a sua atividade. Ainda que louvável, a emenda acima implica em renúncia de receita sem a devida estimativa de impacto, o que viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela rejeição.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Verificada a emenda supressiva nº 05, visa suprimir o § 5º do art. 29-A da Lei nº 5.641/89, proposto pelo Art. 2º do Projeto de lei nº 97/2021. O Executivo Municipal, no art. 2º do Projeto de Lei, acrescenta o inciso II, no também acrescido § 4º, do art. 29-A da Lei nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, livrando o subitem 12.1, do grupo de atividades IV da Taxa de Expediente relacionado à concessão do Licenciamento Ambiental Simplificado LAS/CAS. Não há motivos, portanto, de o Executivo fixar um valor abaixo do já previsto no grupo mencionado, trazido pelo § 5º. Por isso, opino pela aprovação da emenda supressiva nº 05.

A emenda substitutiva nº 06, altera a redação do art. 3º do Projeto de Lei nº 97/2021, versa que na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Poder Legislativo Estadual, enquanto perdurar a situação, fica o Poder Executivo autorizado a diferir e parcelar tributos em até sessenta parcelas mensais e consecutivas e, especialmente e de forma acessória, a conceder desconto na cobrança da taxa prevista no art. 8º, proporcionalmente ao período de suspensão das atividades. Sendo assim, por beneficiar a população, opino pela aprovação da emenda substitutiva nº 06, já que se trata de medida meramente autorizativa.

A emenda nº 07 versa sobre alterar a redação do art. 4º do Projeto de Lei nº 97/2021, retrata sobre o desconto de 50% (cinquenta por cento), se recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do trânsito em julgado do recurso administrativo. Após análise sobre sua viabilidade, opino pela aprovação da emenda nº 07.

A emenda aditiva nº 08 tem como objeto o pagamento parcelado dos créditos relativos a preços públicos, multas administrativas e penalidades aplicadas por descumprimento da legislação urbanística autoriza a emissão da certidão de regularidade fiscal e, desde que seja constituída garantia real em bem imóvel suficiente a assegurar o adimplemento do débito inscrito ou fiança bancária, a emissão certidão de baixa de construção. Logo, a emenda em tela, não acarretará qualquer tipo de dano ao erário, e trará um benefício aos munícipes. Opino pela aprovação, com a apresentação de subemenda a fim de que se garanta também o direito creditório da municipalidade.

A emenda aditiva nº 09 tem como objetivo aliviar os impactos econômicos da pandemia de Covid-19 na capital, seus impactos poderão destruir a estrutura econômica de Belo Horizonte, caso a Administração Pública não adote medidas efetivas para enfrentar a nova realidade. Ainda que louvável, a emenda acima implica em renúncia de receita sem a devida



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estimativa de impacto, o que viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que há confusão do conceito de imposto para o conceito de taxa. Pela rejeição.

A emenda supressiva nº 10 tem como objetivo suprimir o art. 12º, caput e § único do Projeto de Lei 97/2021. Instituir um cadastro municipal para registrar "bons ou maus contribuintes" é uma ação discriminatória que poderá prejudicar, consideravelmente, aquele empreendedor ou pessoa física que se encontra em situação de extremo prejuízo financeiro econômico em decorrência da epidemia do COVID-19, na busca por financiamentos e parcelamento de dívidas para restituição econômica. Ainda que juridicamente esta emenda vá na contramão de elementos normativos como o *Nudge* e a economia comportamental de Richard Thaler e Daniel Kahneman, não há ilegalidade. Por isso, opino pela aprovação da emenda supressiva nº 10.

A emenda nº 11 propõe acréscimo de parágrafo único ao art. 10 do projeto propondo vinculação da receita advinda da arrecadação de ISS pela ampliação da lista de serviços para ações de geração de trabalho e renda, o que viola a própria natureza da espécie tributária. Pela rejeição da emenda.

A emenda aditiva nº 12 propõe acrescentar ao § 4º do art. 29-A da Lei 5.641/1989 o grupo de atividade III, relacionada ao exercício de atividades no logradouro público, com inserção de parágrafo único ao art. 17 para estabelecer vigência imediata para a inserção referida. Após análise da emenda em questão, opino por sua rejeição, vez que, para tratarmos do assunto em tela, deverá ocorrer maior discussão.

A emenda substitutiva nº 13 tem como objeto alterar a alínea 'a' do inciso III do § 4º do art. 29-A da Lei nº 5.641, 22 de dezembro de 1989, acrescido pelo art. 2º do Projeto de Lei 97/2021, ao se tratar de ao licenciamento de atividades econômicas em propriedade, deverá haver uma maior discussão para trazermos o tema, sendo assim, opino pela rejeição da emenda substitutiva nº 13.

A emenda nº 14, ela é uma emenda similar as emendas 12 e 13, mas, suprime-se o art. 6º do Projeto de Lei 97/2021. Art. 2º - O § 4º do art. 29-A da Lei nº 5.641, 22 de dezembro de 1989, acrescido pelo art. 2º do Projeto de Lei 97/2021, que pretende dilatar o prazo de validade do alvará sanitário que atualmente é de 12 meses, nos termos do § 5º do art. 19 da Lei nº 7.031, de 1996, que passaria a valer por 5 anos ou, no caso de alto risco sanitário, que valeria por 2 anos. Considerando tratar-se de concessão de benefício fiscal para além



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

daqueles propostos pelo projeto inicia Mas, pelo tema exposto, opino pela rejeição da emenda 14.

A emenda nº 15 acrescenta artigo para conceder 50% de desconto sobre a TFEP de licenças de engenhos previstos no art. 265, "I" e "IV" da Lei 8.616/2003 vencidas antes da vigência da nova lei. Importante ressaltar que, para a isenção proposta pelo projeto a vigência trazida no art. 17 é 1º/01/2021. É de suma importância analisarmos as emendas em questão, mas, analisar a objetividade no que tange a renúncia de receitas. A emenda em tela, diretamente abarca na renúncia de receita não estimada. Por isso, opino pela rejeição da emenda nº 15.

A emenda nº 16 acrescenta artigo para estabelecer mesma validade do alvará para instalação de toldo que o alvará de localização e funcionamento. Nessa mesma linha tivemos, recentemente, alteração no Código de Posturas para unificação dos prazos do alvará de mesas e cadeiras com o de localização e funcionamento. São medidas administrativas que reduzem a burocracia para empreendedores e isso deve ser sempre bem vindo. Sendo assim, opino pela aprovação da emenda nº 16.

A emenda aditiva nº 17, acrescenta ao art. 16 ao projeto de lei, estabelecendo regras para licenciamento e instalação de mobiliário urbano em logradouros públicos. A proposta é a mesma introduzida no ordenamento jurídico municipal através do Decreto nº 17.424/2020, com vigência exclusiva para o período da pandemia, ou seja, em caráter temporário. Sendo assim, opino pela aprovação da emenda nº 17.

A emenda substitutiva nº 18, propõe alteração no art. 1º do projeto inicial para prever que a CDA decorrente dos créditos previstos no caput do art. 43 da lei nº 1.310/1996 que altera, seja gerada no último dia útil do ano subsequente ao do seu vencimento. Analisando de uma forma pontual, a emenda em comento, atrasaria procedimentos executórios, sendo assim, opino pela rejeição da emenda substitutiva nº 18.

A emenda substitutiva nº 19, tem como objeto alteração no art. 17 do projeto para modificar a proposta de vigência da nova lei, trazendo para vigência quando da publicação da lei a proposta de correção pela Selic e consequente revogação dos dispositivos legais que trazem as regras atuais. A alteração ora proposta, causaria danos imediatos na implementação das medidas trazidas pelo projeto. Sendo assim, opino pela rejeição da emenda nº 19.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A emenda nº 21, acrescenta-se §§ 1º e 2º ao caput do art. 13 do Projeto de Lei nº 97/2021, - Sobre os débitos referentes à Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento — TFLF -, Taxa de Fiscalização Sanitária — TFS — e Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade — TFEP —apurados no período referido no caput deste artigo será aplicado desconto proporcional ao período correspondente à suspensão das autorizações e alvarás de localização e funcionamento em razão das medidas instituídas para controle da pandemia daCovid-19. sendo assim, após analisar a viabilidade e aplicabilidade da emenda em comento, opino pela rejeição da emenda nº 21, haja vista ser renúncia de receita não dimensionada no orçamento.

A emenda aditiva nº 22, acrescenta §§ 4º, 5º e 6º ao caput do art. 13 do projeto, prevendo parcelamento de outros débitos parcelados e em atraso, em 60 a 120 parcelas mensais, com desconto de 95% sobre o valor de multas, juros e correção e incidência da Selic, nos termos do art. 11, a partir dos novos vencimentos. A emenda impõe impactos negativos quando propõe a ampliação dos prazos previstos para o parcelamento tratado no art. 13. Ademais, quanto à inclusão da possibilidade de parcelamento há que se considerar que a matéria é tratada no projeto de lei 119/2021 que também tramita nesta Casa. Sendo assim, opino pela rejeição da emenda.

A emenda aditiva nº 23, acrescenta-se ao art. 14 do Projeto de Lei nº 97/2021 o seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º. A emenda em tela, objetiva a renúncia direta de receitas para o município, por isso, opino pela rejeição da emenda aditiva nº 23.

A emenda de nº 24, propõe alteração da redação do art. 1º do projeto para prever a inscrição em dívida ativa no último dia do ano subsequente ao vencimento do tributo, prevendo inclusão de multas e juros de mora, conforme previsto no art. 28, §2º da lei nº 1.210/1966. Analisando de uma forma pontual, a emenda em comento, atrasaria procedimentos executórios, sendo assim, opino pela rejeição:

A emenda de nº 25, propõe a supressão do art. 10 do projeto, inserindo novas atividades na listagem de tributação pelo ISS. Ainda que a previsão da emenda nº25 seja adequada, a mesma pode ser adaptada para respeitar os princípios da isonomia e da proteção Constitucional trazida pelo artigo 170, IX, da CR/88. Por isso, sou pela aprovação da emenda com a apresentação de subemenda, transcrita ao final do parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A emenda substitutiva nº 26 traz toda a matéria tratada no projeto inicial, com acréscimo de todas as emendas s nºs 4, 6, 7, 8, 15, 16, 21, 22 e 23 apresentadas individualmente pelo Vereador Léo, de quem partiu a iniciativa, não havendo óbice ao seu prosseguimento. Sou assim pela aprovação da emenda 26.

Foram ainda apresentadas subemendas substitutivas

Por fim, em relação a Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, não vislumbro de elementos fáticos para o não prosseguimento do projeto de lei em comento.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.

Vereador Ciro Pereira
Partido PTB

CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a esta Comissão examinar, opino pela aprovação das emendas nº 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 16, 17, 25 e 26 ambas, 25 e 26, com a apresentação de subemendas, e pela rejeição das emendas 03, 04, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 24.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.


Ciro Pereira
Vereador
PTB



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUBEMENDA ADITIVA Nº_01_ À EMENDA Nº 26 AO PROJETO DE LEI Nº 97/2021

Acrescenta-se o seguinte artigo:

Art. - O pagamento parcelado dos créditos relativos a preços públicos, multas administrativas e penalidades aplicadas por descumprimento da legislação urbanística autoriza a emissão da certidão de regularidade fiscal e, desde que seja constituída garantia real em bem imóvel suficiente a assegurar o adimplemento do débito inscrito ou fiança bancária, a emissão certidão de baixa de construção.

Belo Horizonte, 3 de setembro de 2021.



Vereador Ciro Pereira
Partido PTB



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Subemenda aditiva Nº_02_ Substitutivo à EMENDA Nº25 AO PROJETO DE LEI Nº 97/2021

Art. 1º - Fica alterada a redação proposta pela Emenda nº 25 ao Projeto de Lei nº 97/2021, para dar a seguinte redação ao art. 10 do Projeto de Lei nº 97/2021:

"Art. 10 - A lista de serviços que integra o Anexo Único da Lei nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com os subitens 1.03 e 1.04 alterados e acrescida dos subitens 1.09, 6.06 e 17.25, nos termos do Anexo II desta lei, para as empresas enquadradas no regime tributário de lucro presumido e lucro real.

§ 1º Para as empresas inseridas no Simples Nacional, os subitens 1.03 e 1.04 do Anexo Único da Lei nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003, permanecem em vigor com a seguinte redação:

I. 1.03 - Processamento de dados e congêneres;

II. 1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

§ 2º Os subitens 1.09, 6.06 e 17.25 acrescidos ao Anexo Único da Lei nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003, nos termos do Anexo II desta lei, não se aplicam às empresas inseridas no Simples Nacional."

Fundamento constitucional: art. 146, III, "d", art. 170, IX, art. 179.